

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

Euristânia Trajano Teófilo de Lima¹, Lúcia Maria Patriotaⁿ

¹UEPB, Graduanda em Serviço Social, Endereço: Rua José Maia,390 Centro,CEP- 58475-000 Queimadas - PB e-mail: euristania.tt@hotmail.com

ⁿ Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) Endereço: Rua Montevidéu, 292 Prata, CEP- 58108-660 Campina Grande-PB e-mail: luciapatriota@yahoo.com.br

Resumo- O presente trabalho centrou-se na inserção do Serviço Social na Previdência Social. Esta compreende um seguro social voltado para os trabalhadores assalariados e se constitui em uma das medidas de proteção elaboradas pelo Estado para atender algumas demandas advindas da classe trabalhadora. A partir da Constituição Federal de 1988 a Previdência Social passou a integrar o tripé da Seguridade Social no país, juntamente com a Saúde e a Assistência Social. O trabalho dos profissionais de Serviço Social no âmbito previdenciário se dar na mediação da relação entre a instituição e os usuários. No decorrer da prática profissional a categoria passou por diferentes fases teórico-metodológicas que, conseqüentemente, rebatiam na sua atuação dentro da instituição até alcançar a maturação profissional adotando o referencial marxista na década de 1980, apreendendo de uma forma mais totalizante o contexto estrutural e conjuntural do Brasil e as condições concretas de vida dos usuários da Previdência, como também os desafios postos à profissão frente à ofensiva neoliberal que dirimi os direitos sociais conquistados pela classe trabalhadora.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Serviço Social, Previdência Social, prática profissional.

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

O modo de produção capitalista separa o trabalhador dos meios de produção, criando uma classe de capitalistas que são os detentores dos meios de produção e uma classe de proletários que são os trabalhadores que vendem a sua força de trabalho para sobreviver. Na década de 1920, no Brasil, a exploração sobre a classe trabalhadora se torna abusiva, o proletariado industrial vivia em condições degradantes de trabalho e existência, e isto acarretou na organização da classe operária em busca de direitos sociais para obter melhores condições de vida e de trabalho. É nesse contexto que surge a “questão social”, e que se tornará mais evidente para o país através dos movimentos sociais da classe trabalhadora, se constituindo a partir daí numa ameaça à hegemonia burguesa que sente a necessidade de manter um controle social sobre essa força de trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Assim, a “questão social” exigiu profundas modificações na sociedade, proporcionando o reconhecimento da classe operária e de sua inserção no cenário político, por parte do Estado, fazendo-se necessário a implantação de políticas que atendessem de alguma forma os interesses dessa classe (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

A institucionalização do Serviço Social na Previdência Social brasileira e a prática profissional do assistente social no âmbito previdenciário vai se dá nesse contexto onde o Estado passa a intervir na regulamentação do mercado de trabalho e em ações socioassistenciais com o intuito de amenizar a questão social. Em outras palavras, o Estado procura se legitimar atendendo algumas reivindicações da classe trabalhadora e para isso o Serviço Social terá um papel fundamental junto a este segmento de classe.

Metodologia

O método que vem nos permitindo abordar a realidade numa relação permanente entre o particular e o geral está sendo o crítico-dialético, uma vez que o mesmo possibilita apreender aspectos históricos, econômicos, sociais, políticos, ideológicos e culturais que determinam o objeto de estudo. Para a elaboração desse artigo, utilizou-se como fonte principal de dados estudos bibliográficos, instrumento este que nos subsidiaram no desvelamento da temática em questão.

O Serviço Social na Previdência Social

Segundo Silva (2008) a primeira intenção de seguridade foi o seguro social com seu marco fundamental na lei Eloy Chaves de 1923, que criou as Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAPs) para algumas categorias de trabalhadores inseridos na produção e circulação de mercadorias, e na década de 1930 surgem os Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs) no governo de Getúlio Vargas. Pois com a industrialização o trabalhador ficava mais exposto ao risco de acidentes, porém mais conscientes de seus direitos, então o governo se vê obrigado a desenvolver medidas de proteção social para a classe trabalhadora.

De acordo com Iamamoto; Carvalho (2008), é também no decorrer de processos marcantes na sociedade brasileira – onde a agro-exportação não é mais o motor da acumulação capitalista, a crise do comércio internacional de 1929 e o Movimento de Outubro de 1930 faz com que haja uma reorganização da esfera econômica e estatal – que o Serviço Social é implantado. Ele surge da iniciativa de grupos ligados principalmente à Igreja Católica, mas vale ressaltar que a demanda por essa formação técnica especializada surgia também em algumas instituições estatais, ou seja, existia uma demanda por parte do Estado.

Na década de 1930 é formulada uma política social voltada para a legislação trabalhista e sindical, porém, esta política social do Estado Novo favorece o corporativismo e está voltada para a repressão e desmantelamento da organização política e sindical da classe proletária. Mas é também com o Estado Novo que surgem as grandes instituições sociais e assistenciais que proporcionaram a expansão do mercado de trabalho para os profissionais de Serviço Social. Assim, o Serviço Social deixou de ser uma forma de distribuição de caridade das classes dominantes para se constituir numa profissão executora das políticas sociais do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 2008).

Silva (2008) ressalta que foi o Estado Novo que proporcionou os condicionantes históricos para o surgimento do Serviço social previdenciário. Pois como a Previdência Social é um seguro que engloba muitos benefícios e serviços que cobrem várias áreas da vida social, ela torna-se o centro das reivindicações dos trabalhadores assalariados e coube aos profissionais de Serviço Social esclarecer aos usuários os seus direitos sobre os benefícios oferecidos pela Previdência Social.

Então de acordo com Neves; Silva (2008) em 1940 teve início a atuação dos assistentes sociais no âmbito previdenciário e conforme Yazbek (2008) em 06 de Abril de 1944 o Serviço Social foi

institucionalizado na Previdência através da portaria n.25.

Foram implantadas muitas políticas assistencialistas para amenizar os impactos das grandes transformações decorrentes do desenvolvimento, porém, as situações-problema eram vistas como problemas individuais, sendo assim o trabalho dos assistentes sociais nos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) eram um trabalho complementar, educativo e individualizante e esta forma de trabalho durou 30 anos (SILVA, 2008).

Yazbek (2008) salienta que nesse primeiro momento os objetivos profissionais dos assistentes sociais identificavam-se com os objetivos institucionais, onde os assistentes sociais participavam em diversos planos do trabalho institucional de supervisão, planejamento e execução de medidas que proporcionassem o controle e ajustamento da classe trabalhadora.

Na visão de Netto (1996), a ação governamental de fins da década de 60 e início da década de 70 reforçavam a atuação do Serviço Social “tradicional” prejudicando o Serviço Social na sua prática e na sua formação profissional, mas a “modernização conservadora” trouxe uma racionalidade burocrático-administrativa no campo de atuação profissional, o que exigiu uma postura “moderna” dos assistentes sociais para atender as demandas daquele contexto e isso acarretou no início da erosão do Serviço Social “tradicional”.

Um dos pontos teórico-metodológicos trazidos no processo de renovação seria a visão profissional voltada para problemáticas macrosociais, como também a sua inserção em equipes multiprofissionais. Com a renovação teórico-metodológica a categoria profissional buscava uma elevação no seu padrão científico, técnico e cultural (NETTO, 1996).

Esse processo de renovação da categoria profissional vai rebater sobre a sua prática no âmbito previdenciário através do Plano Básico de Ação do Serviço Social de 1972 e 1978 e da Matriz Teórico-Metodológica de 1994, chamada de Documento Matriz, já que eles foram os parâmetros da atuação do Serviço Social previdenciário (NEVES; SILVA, 2008).

De acordo com Abreu; Lopes (2008) O PBA do Serviço Social de 1972 no campo do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) foi tido como um projeto modernizador que expressava a consolidação e a maturidade profissional, influenciado pelos Seminários de Teorização de Araxá (1967) e Teresópolis (1970), que focavam a macroatuação e o método e funções do Serviço Social, mas sem aprofundar a análise da realidade brasileira na ditadura militar. O exercício profissional na instituição buscava uma visão global do ser humano e do bem-estar social,

porém, sem analisar os aspectos econômicos, políticos e sociais.

Segundo Faleiros (2008), em 1978 foi aprovado o segundo PBA para o Serviço Social do INPS. O PBA/78 tinha uma metodologia funcionalista e sua abordagem junto aos beneficiários da Previdência, era uma abordagem psicossocial que não envolvia aspectos políticos, era uma atuação despolitizada. Mas de acordo com Neves; Silva (2008) o PBA/78 corresponde a forma encontrada pela categoria profissional de responder as demandas do processo de modernização pela qual passava a Previdência Social e também foi uma forma de conquistar o espaço profissional.

Até meados da década de 1980 a prática profissional do assistente social na Previdência era tradicional e rotineira, mas a partir desse período muitos profissionais buscaram se capacitar para superar o cotidiano profissional, e isso se deu pela forte influência do Movimento de Reconceituação, e em 1982 foi adotado o referencial marxista (NEVES; SILVA, 2008).

A década de 1980 foi muito importante para o enriquecimento do Serviço Social, proporcionando a construção do projeto profissional que se materialize no Código de Ética da profissão, na Lei 8.662/93 que regulamenta a profissão e, atualmente, na nova proposta de Diretrizes Gerais para a formação em Serviço Social. (IAMAMOTO, 2009).

Em 1990 a atuação do Serviço Social previdenciário avança devido a Constituição Federal de 1988 que garantia direitos sociais e a participação dos usuários na gestão das políticas públicas, rompendo assim com o modelo tradicional (SILVA, 2008).

Segundo Yazbek (2008), em 1991 foram estabelecidas novas competências para a profissão na Previdência com o artigo 88 da lei n.8.213 que ressalta a importância de:

[...] esclarecer junto aos beneficiários seus direitos sociais e estabelecer com eles o processo de resolução de problemas que emergem na relação com a Previdência Social tanto no âmbito institucional como na dinâmica da sociedade. (YAZBEK, 2008, p.123).

A partir do Projeto-24 denominado Modelo Conceitual de Benefícios e Serviços Previdenciários / Projeto-24 proposto pelo governo Collor para a modernização administrativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o PBA/78 deixa de ser a base da prática profissional do assistente social na Previdência. E com a influência do Projeto-24, em 1994 o Documento Matriz traz a nova proposta de intervenção (NEVES; SILVA, 2008).

O documento Matriz foi um marco na história da profissão na Previdência, porque modificou a atuação profissional buscando o resgate do exercício da cidadania e do direito, ultrapassando a prática profissional de bases conservadoras, para apreender criticamente a realidade social. O novo pensar e fazer do Serviço Social na Previdência na década de 1990 buscou romper com uma prática profissional conservadora, funcionalista e de abordagem psicossocial dos usuários, para um paradigma de direitos sociais. Mas devido às transformações da conjuntura socioeconômica fica difícil consolidar as diretrizes da matriz teórico-metodológica (YAZBEK, 2008).

De acordo com Neves; Silva (2008), com o estreitamento da proteção social por parte do Estado, a Previdência Social se torna alvo preferido das reformas que visam à expansão dos fundos privados em detrimento de direitos sociais.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que com a reforma da Previdência houve a tentativa governamental de extinguir o Serviço Social dos quadros institucionais do INSS. A medida provisória n. 1.729/98 acabava com o Serviço Social previdenciário e com o art.88 que definia suas atribuições, mas as lutas de diversos órgãos impediram essa intenção, e com o decreto n. 5.870/2006 o Serviço Social foi incluído novamente na estrutura regimental do INSS (CARTAXO; CABRAL, 2008).

Conclusão

O Serviço Social surge para o enfrentamento da questão social, gerada pela crescente desigualdade na distribuição da riqueza social produzida na sociedade capitalista, o que gera um conflito entre as classes sociais.

O Serviço Social passou por vários estágios teórico-metodológicos e ético-político até alcançar uma maturação profissional guiada pelo código de ética e pelo projeto ético-político da categoria, onde um dos princípios é a defesa dos direitos da classe trabalhadora, objetivando uma vida digna a todos esses cidadãos.

Devemos entender as políticas de proteção social como produtos das lutas dos trabalhadores que reivindicam melhores condições de trabalho e de vida, e elas se constituem também em importantes ferramentas para a atuação profissional do assistente social em defesa dos direitos sociais. E a política previdenciária desde sua gênese se constitui como um importante campo para a prática profissional, pois os benefícios e auxílios oferecidos pela Previdência Social são estratégias necessárias para a reprodução do capital. Portanto, se faz necessário que o profissional de Serviço Social se utilize dessa particularidade para que os direitos dos

trabalhadores sejam respeitados e expandidos. Porque o que presenciamos atualmente é um verdadeiro desmonte dos direitos que foram arduamente conquistados, estamos retrocedendo ao invés de avançar.

Os assistentes sociais trabalham no âmbito das políticas sociais e, portanto devem esclarecer à população as propostas e decisões que interferem em sua vida, para que ela também participe dessas questões. Sabemos que é uma luta difícil devido à ofensiva neoliberal, mas que deve ser travada diariamente no cotidiano profissional para mantermos o caráter universalizante das políticas sociais públicas, buscando amenizar a exclusão econômica e social existente na sociedade brasileira.

É importante frisar que essa luta não é apenas do Serviço Social, mas de toda categoria profissional que almeja uma sociedade mais justa.

Referências

ABREU, M. M; LOPES, J. B. O Plano Básico de Ação do Serviço Social no INPS – 1972: racionalidade técnica modernizadora no serviço assistencial da política previdenciária. In: BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. **O Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARTAXO, A. M. B; CABRAL, M. do S. R. O processo de desconstrução e reconstrução do projeto profissional do Serviço Social na Previdência – um registro de resistência e luta dos assistentes sociais. In: BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. **O Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FALEIROS, V. de P. Tecocracia e assistencialismo no capitalismo autoritário. O Serviço Social na Previdência Social dos anos 70. In: BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. **O Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 22. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOTA, A. E. Crônica de uma morte anunciada: as reformas da Previdência Social Brasileira nos anos 1990 e 2000. In: BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R.

O Serviço Social na Previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

NETTO, J.P. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

NEVES, M. E. R; SILVA, M. de J. da. Previdência Social: construção da prática do Serviço Social. In: BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. **O Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, A. A. da. O Serviço Social na Previdência Social: entre a necessidade social e o benefício. In: BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. **O Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

YAZBEK, M. C. Análise da Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social no INSS (1995), considerando a política previdenciária, suas determinações sócio-históricas e o projeto hegemônico do Serviço Social. In: BRAGA, L; CABRAL, M. do S. R. **O Serviço Social na Previdência:** trajetória, projetos profissionais e saberes. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.